



IV Legislatura  
III Sessão legislativa

Diário Nº 55  
Horta, Quinta-feira, 14 de Março de 1991

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
**D I Á R I O**  
DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL

**Presidente:** Deputado Reis Leite  
**Secretários:** Deputado Manuel Goulart  
e Deputado Manuel Valadão

S U M Á R I O

Os trabalhos iniciaram-se às 09.00 horas.

No **Período de Antes da Ordem do Dia** foi lida a correspondência, bem como requerimentos, emanados dos diversos grupos parlamentares.

Seguidamente, procedeu-se à apresentação e respectiva votação dum voto de protesto, proveniente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, sobre a desactivação de duas das três pistas do aeroporto de Santa Maria.

Sobre este assunto intervieram os seguintes Srs. Deputados: Paulo Araújo (PS), a quem coube também a apresentação do voto, José Maria Bairos (PSD), Paulo Valadão (PCP) e Alvarino Pinheiro (CDS).

O referido voto foi aprovado por unanimidade.

De seguida, deu-se início ao período reservado às **intervenções de interesse político relevante para a Região**, em que fizeram uso da palavra os seguintes Srs. Deputados: Luís Filipe Cabral (PS), Madruga da Costa (PSD), Fernando Fonte (PS), Martins Goulart (PS), Luís Bastos (PSD), Rui Melo (PSD), Lisete Silveira (PS), Artur Martins (PSD), Francisco Sousa (PS), Paulo Valadão (PCP), bem como os Srs. Secretários Regionais da Administração Interna, Costa Neves e da Agricultura e Pescas, Adolfo Lima.

Finalmente, transitou-se para o **Período da Ordem do Dia**, cujo primeiro ponto - Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "**Protecção das Florestas contra a Poluição Atmosférica**" - foi aprovado por unanimidade na generalidade e na especialidade.

O segundo ponto, uma Proposta de Resolução sobre "**Conta de Gerência da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, referente ao ano de 1989**", foi igualmente aprovado por unanimidade tanto na generalidade como na especialidade.

Passou-se finalmente ao terceiro e último ponto da Ordem do Dia, que era composto por um **pedido de autorização** ao abrigo do artigo 14º do Estatuto do Deputado, para o Sr. Deputado Rui Ferreira Ribeiro Meireles ser testemunha, o qual foi aprovado por unanimidade.

Ainda presente, uma Proposta de Resolução da Mesa da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, declarando findo o período legislativo de Março, a qual foi aprovada por unanimidade.

Os trabalhos terminaram às 11.00 horas.

**Presidente:** Srs. Deputados, peço a vossa atenção para a chamada.

(Eram 9.00 horas)

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados: PSD - Adelaide Teles, António Gaspar Silva, António Silveira, António Varão, Artur Martins, Borges de Carvalho, David Santos, Fernando Faria, Francisco José Silva, José Artur Correia, Jorge Cabral, José Maria Bairos, José Ramos Aguiar, Luís Bastos, Madruga da Costa, Luís Bettencourt, Manuel Valadão, Regina Cunha, Reis Leite, Renato Moura, Rui Melo, Tomaz Duarte, Victor Cruz, Victor Evaristo; PS - Victor Ramos, António Gomes, Carlos Mendonça, Carlos Pinto, José Gabriel Lopes, Fernando Fonte, Francisco Sousa, Luís Filipe Cabral, Manuel Carvão Jr., Manuel Goulart, Manuel Serpa, Martins Goulart, Paulo Araújo, Lisete Silveira, Ricardo Barros, Rogério Serpa; CDS - Alvarino Pinheiro, Rui Meireles; PCP - Paulo Valadão).

**Presidente:** Estão presentes à chamada 44 dos Srs. Deputados. Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Os Srs. Secretários vão fazer o favor de ler a correspondência.

**Secretário** (Manuel Valadão): Do Tribunal Judicial da Comarca de Angra do Heroísmo, uma informação dizendo que foi designado o dia 5 de Abril, para inquirição da testemunha Dr. Rui Meireles, Deputado desta Assembleia.

- Da SATA, o envio de relatório e contas, bem como o Balanço Social - 1989.

**Secretário** (Manuel Goulart): Um requerimento do Deputado Regional do PS, Luís Filipe Cabral, do seguinte teor:

"A Lei 87/88 no seu artigo 28º, posteriormente revogado pelo artigo 27º da Lei da Alta Autoridade para a Comunicação Social, criou uma Comissão, com a finalidade de apresentar ao Governo as propostas de atribuição ou de renovação de alvarás para o exercício da actividade de radiodifusão.

Esta Comissão com competências de natureza técnica e de âmbito consultivo era composta por diversos membros entre os quais "dois designados, respectivamente, pelas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira".

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, solicito ao Governo Regional os seguintes esclarecimentos:

1º - Qual o membro ou membros que representavam a Região Autónoma dos Açores na referida Comissão?

2º - Quais as posições que foram defendidas pelo representante da Região Autónoma dos Açores no âmbito daquela Comissão?

Horta, Sala das Sessões, 13 de Março de 1991.

**O Deputado Regional, Luís Filipe Cabral**".

**Secretário** (Manuel Valadão): Dos Srs. Deputados Alvarino Pinheiro e Rui Meireles, do Centro Democrático Social, o seguinte requerimento:

"Constando que está prevista para breve a extinção da Agência na Horta do Banco de Portugal e considerando que tal eventualidade acarretaria, além da despromoção daquela praça financeira, consequências de carácter social que importa acautelar.

Ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias requeremos a V. Exª que seja solicitado ao Governo Regional a seguinte informação:

1º - Se é do conhecimento do Governo

Regional a referida pretensão do Banco de Portugal?

2º - Qual a sua posição face àquela eventualidade e que medidas ou acções pensa desenvolver para salvaguardar os interesses regionais que possam ser afectados.

Horta, Sala das Sessões, 13 de Março de 1991.

Os Deputados Regionais, Alvarino Pinheiro, Rui Meireles".

**Secretário** (Manuel Goulart): Um requerimento dos Srs. Deputados Regionais do PS, Manuel Carvão Jr. e Manuel Serpa, do seguinte teor:

"- Considerando que a saúde é o maior e mais apreciável de todos os bens;

- Considerando que as obras de ampliação do edifício do Centro de Saúde das Lajes do Pico já se arrastam penosamente há quase seis anos, com cerca de três anos de suspensão da empreitada, justificada pela Secretaria Regional da Segurança Social, em ofício nº 475 de 9 de Outubro de 89, por ter estado "aguardando o pagamento dos autos de trabalhos a mais e de um auto de trabalhos contratuais, cujos montantes não eram coincidentes entre as partes envolvidas", o que só por si revela, lamentavelmente a incapacidade e a ineficácia do Governo Regional, na prestação de serviços de saúde à população, de que ele está encarregado;

Acresce que, quando em Maio de 90, as obras de ampliação estavam em fase de acabamento e se foi abrir uma porta que ligaria a parte nova ampliada à parte antiga do hospital, suspenderam-se os internamentos e verificando-se que a parte antiga do hospital não oferecia condições de segurança para permitir o acesso à parte nova, houve que proceder a estudos para a solução do problema e até hoje a população aguarda;

- Considerando constar que a parte ampliada do edifício do Centro de Saúde das Lajes do Pico ficou concluída pelo empreiteiro e foi entregue em Fevereiro de 1991, mas que, apesar disso, continuam suspensos os internamentos, por falta de acesso à mesma;

Tendo em conta os elevados prejuízos morais e materiais causados à população pelo facto de não haver internamento naquele hospital desde Maio de 90 e pela exagerada demora na solução do problema.

Perguntamos ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, ao

Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social, o seguinte:

1 - Se já estão concluídos os estudos para a recuperação da parte antiga do edifício hospitalar?

2 - Em caso afirmativo quando se prevê o recomeço das obras e qual o prazo previsto para a sua conclusão?

3 - Se está previsto, entretanto, arranjar-se uma solução de acesso à parte nova do edifício, que julgamos possível e ser de absoluta necessidade, a fim de imediatamente funcionar o internamento e melhorar outros serviços inerentes aos Centros de Saúde?

Horta, Sala das Sessões, 14 de Março de 1991.

Os Deputados Regionais do PS, Manuel Carvão Jr., Manuel Goulart Serpa".

**Secretário** (Manuel Valadão): Do Sr. Deputado Paulo Valadão do PCP, o seguinte requerimento:

"O DLR nº 23/88/A que estabelece o regime jurídico do sistema público pré-escolar estabelece no seu artigo 7º que "compete ao Governo Regional programar e orientar as operações relativas ao estabelecimento da rede de educação pré-escolar. Nesse mesmo artigo e no seu nº 6 é também estabelecido "que os novos edifícios para o 1º ciclo do ensino básico contemplarão instalações para a educação pré-escolar, desde que fiquem cuidadosamente salvaguardadas a independência e especificidade do jardim de infância".

Dada a importância desta matéria requeiro, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, as informações seguintes:

1º - Qual a amplitude actual da rede do sistema público da educação pré-escolar, com quantos jardins de infância conta e que número de crianças abrange?

2º - Qual a programação existente para instalação de novos jardins de infância até fins de 1992?

3º - Quais as medidas, a nível de projecto, introduzidas na concepção das instalações para o 1º ciclo do ensino básico que visem respeitar integralmente o nº 6 do artigo 7º do DLR 23/88/A?

4º - Quais as construções actualmente em curso para o 1º ciclo do ensino básico em que se tenha tido em conta a existência de instalações apropriadas para jardim de infância?

Sala das Sessões, 13 de Março de 1991.

O Deputado Regional do PCP, Paulo

Valadão".

**Secretário** (Manuel Goulart): Deram entrada na Mesa os seguintes Projectos e Propostas de Decreto Legislativo Regional:

- **Projecto de Proposta de Lei** "Adequação da Lei de Defesa do Consumidor à Região Autónoma dos Açores - emanado do PSD. Baixou à Comissão de Política Geral para parecer até 15/5/91.

- Do PCP, um **Ante-Projecto de Lei** sobre "Critérios para a criação de novas freguesias na Região Autónoma dos Açores". Baixou à Comissão de Política Geral para parecer até 15/5/91.

- **Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 7/91** - "Sistema de Incentivos à Modernização do Comércio (SIMC)". Baixou à Comissão dos Assuntos Económicos para parecer até 15/5/91.

- Do PCP, um **Projecto de Decreto Legislativa Regional** sobre "Acréscimo Salarial". Baixou à Comissão de Política Geral até 15/5/91.

- Do PCP, uma **Proposta de Resolução** sobre "A Política Habitacional dirigida a famílias carecidas de recursos". Baixou à Comissão dos Assuntos Sociais para parecer até 15/5/91.

- DO PCP, uma **Proposta de Resolução** sobre a "Não realização na Região Autónoma dos Açores, de touradas com o recurso à utilização de picador com sorte de varas". Baixou à Comissão de Juventude e Formação para parecer até 15/5/91.

**Presidente:** Srs. Deputados, deu entrada na Mesa, um voto de protesto, apresentado pelo Partido Socialista. Já mandei distribuir pelos Srs. Deputados.

Passamos, pois, à sua discussão e votação.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Araújo para fazer a apresentação deste voto.

**Deputado Paulo Araújo (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

#### Voto de protesto

A ANA-EP (Aeroportos e Navegação Aérea) anunciou recentemente a desactivação de duas das três pistas do aeroporto de Santa Maria.

Essas duas pistas (04-22 e 15-33), em asfalto, com 1420 e 1830 metros, respectivamente, e com uma largura de 45 metros, têm sido utilizadas como alternativa à pista principal (18-36), permitindo que o aeroporto seja operacional praticamente em todas as situações meteorológicas rela-

cionadas com direcção e intensidade do vento.

Essa versatilidade do Aeroporto de Santa Maria, em termos operacionais, sempre se traduziu num factor de segurança acrescido, relativamente à navegação aérea regional e transcontinental.

A desactivação daquelas duas pistas, para além de reduzir, de facto, a operacionalidade daquela estrutura aeroportuária, vem também penalizar, e até comprometer, o sucesso que pudesse vir a verificar o processo de implementação da Zona Franca de Santa Maria, nomeadamente pela subtracção de uma infraestrutura de vital importância no esquema de transportes indispensáveis às actividades de uma zona franca.

Assim, a Assembleia Legislativa Regional dos Açores, aprova um Voto de Protesto pela decisão da ANA-EP, que vem tornar mais sombrio o futuro de Santa Maria e agravar assimetrias intra-regionais existentes, que a Autonomia tem de corrigir.

**Presidente:** Está à discussão nos termos regimentais.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos. Tem um período máximo de 5 minutos.

**Deputado José Maria Bairos (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata vai apoiar o voto apresentado. No entanto, não pode deixar de fazer algumas considerações sobre o mesmo.

Vamos, de facto, apoiar o voto de protesto, porque consideramos que a decisão da ANA-EP, pode pôr no futuro, em causa, as duas pistas, uma vez que neste momento elas ainda podem ser activadas a qualquer altura. Mas se, de facto, continuar esta situação, ou seja, não serem utilizadas, podem vir a degradar-se no futuro e tornar impossível a tal reactivação.

Não posso deixar de fazer uma referência a situações que se criaram no aeroporto de Santa Maria e que também contribuíram um pouco para que se chegasse a esta situação.

Há cerca de 2, 3 anos, a Câmara Municipal de Vila do Porto, optou por utilizar uma grande área que fazia parte do parque de estacionamento, transformando-o numa pista de Karting...

*(Risos da bancada do PSD)*

**O Orador:** ...modalidade esta, que não tem um único adepto em Santa Maria.

Numa recente visita a Santa Maria, por parte do Presidente do Conselho de Gerência da ANA-EP, o mesmo se encontrava na torre e, ao olhar para a estrutura que tinha sido construída pela Câmara, perguntou com alguma surpresa, aquilo o que era. E quando foi informado, disse textualmente: "Ainda bem, pois isto deixa-nos o caminho aberto para decisões futuras".

Tudo leva a crer que, de facto, esta foi uma das razões para, pouco tempo depois, se ter tomado decisões nesse sentido e se atendermos a que já diversas vezes se tinha falado em desactivar as pistas, as quais, por negociações e por conversa tida com o Conselho de Gerência e o Governo Regional dos Açores, dava a ideia de que nunca tinha sido levada avante.

De qualquer maneira o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, vota a favor desta iniciativa do PS, porque não pode deixar de alertar o Governo neste caso. E também não pode deixar de pôr o seu protesto junto da ANA-EP, pelo encerramento de duas pistas que podem pôr em causa alguma operacionalidade do aeroporto de Santa Maria.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Araújo.

**Deputado Paulo Araújo (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Esta é uma questão de fundamental importância para Santa Maria e para os Açores. Para Santa Maria, porque a ilha tem sido delapidada nos últimos tempos de uma série de meios que poderiam viabilizar o seu futuro. E para os Açores, porque vem pôr, de facto, em causa ou - se quisermos ser mais realistas - vem pôr ainda mais em causa, o processo de implementação da Zona Franca de Santa Maria.

Relativamente à alusão que fez o Sr. Deputado José Maria Bairos e em relação à pista de Karting, eu devo dizer-lhe que essa me parece uma questão absolutamente menor. E passo a expor:

A pista de Karting está construída numa zona que terá 1.500 m<sup>2</sup>, não terá mais do que isso. E está localizada no extremo sul da placa de estacionamento da pista de Santa Maria. A placa de estacionamento do Aeroporto de Santa Maria é enorme...

*(Aparte inaudível do Deputado José Maria Bairos)*

**O Orador:** O Sr. Deputado sabe tão bem como eu que a subtracção dessa pequena área à placa de estacionamento do Aeroport

de Santa Maria, não retirou em nada, nem em operacionalidade, nem hipóteses de rentabilizar em termos comerciais, o aeroporto. Isso é, de facto, uma parcela ínfima.

Aliás, penso que sabe tal como eu, que a ANA-EP não fez apenas essa transferência de terrenos na zona do aeroporto.

Transferiu, por exemplo, para o Ministério de Defesa Nacional, zonas que estão adjacentes à parte sul de duas das pistas.

O facto do Conselho de Gerência da ANA-EP ter afirmado isso que o Sr. Deputado diz e que eu não ponho em causa (não ouvi, mas não ponho em causa), prova apenas uma coisa: é que o Conselho de Gerência da ANA-EP, usa de má vontade para com Santa Maria. E nisso não posso deixar de fazer uma crítica acérrima, que já foi feita noutras alturas ao Governo da Região, por se ter mantido afastado destas questões. Manteve-se afastado disto ou dos problemas que dizem respeito à ANA por altura da transferência do NAVE II, em que manteve uma atitude amorfa e passiva num período inicial, para na parte final da discussão dessa matéria, avançar com um protesto veemente, mas que não passou disso.

Eu gostava - fazendo uso deste exemplo recente que tivemos que foi a questão relacionada com a transferência do Centro de Controle para Lisboa - de fazer um alerta e deixar um alvitre ao Governo da Região, para que tivesse uma atitude mais interveniente nesta questão que, volto a referir, é de capital importância para Santa Maria e para a Região.

**Presidente:** Sr. Deputado, lembro-lhe que estamos a discutir um voto de protesto sobre o fechar das pistas em Santa Maria.

**O Orador:** Com certeza, Sr. Presidente. E eu já termino.

Entendo que em relação a esta questão do encerramento das pistas de Santa Maria, deverá o Executivo da Região, à semelhança daquilo que fez a autarquia mariense, empreender atitudes que sejam mais consequentes, através dos canais adequados e junto das entidades competentes.

Esta é, de facto, uma das situações em que nos é devida a solidariedade nacional, que deve manifestar-se em alturas difíceis. Mas é-nos também devida a solidariedade regional que é muito importante.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários

### Regionais:

A Representação Parlamentar do Partido Comunista Português irá votar favoravelmente este voto de protesto, na medida em que consideramos de gravidade, o conteúdo contra o qual se protesta, ou seja, o facto de as referidas pistas de Santa Maria terem sido ou serem abandonadas. Embora considerando este facto da responsabilidade duma empresa pública, a ANA-EP, a qual no nosso entender, não se pode permitir que disponha como quiser das infra-estruturas que essa empresa gere na nossa Região. E por outro lado e simultaneamente consideramos, que é importante que o Governo Regional defenda, devidamente, os interesses da nossa Região, em relação a estes problemas, mesmo tendo em atenção a gestão duma empresa pública, portanto da responsabilidade do Governo do Estado.

E isto com uma razão acrescentada: é que no círculo eleitoral, donde venho - a Ilha das Flores - também esta empresa é responsável pelo encerramento do nosso aeroporto, aos fins de semana. Estou convencido - tenho quase a certeza - de que é um caso único de entre todos os aeroportos desta Região. É o único aeroporto desta Região que ao sábado e domingo está encerrado. E está encerrado depois de muitos anos ter estado aberto durante os referidos dias. Isto, porque esta empresa - em nosso entender - abusivamente, põe e dispõe destas infra-estruturas que são da nossa Região que devem estar ao serviço dela.

Pensamos que actuando, tendo em conta os nossos interesses específicos, é também defender a autonomia regional.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Deputado Alvarino Pinheiro (CDS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS vai votar favoravelmente este voto apresentado pelo Partido Socialista. Porém, entendo fazer algumas observações.

A primeira é que quanto ao texto, achamos que incluir aqui a hipótese de que essa medida compromete ou pode comprometer o processo de implementação da Zona Franca de Santa Maria, parece-nos argumentação demasiado forte para a matéria que está em jogo.

Depois, porque na verdade, esse assunto foi levantado por um deputado do Partido Socialista à Assembleia da República e, posteriormente ao levantamento dessa

questão, foi do conhecimento público, um extenso comunicado da própria ANA, sobre essa matéria. E no momento em que praticamente aqui estamos a apreciar esse voto, o Partido Socialista limita-se a aduzir os argumentos que o Deputado na Assembleia da República, na altura apresentou. E na nossa perspectiva não rebate - o que talvez não fosse difícil - os argumentos apresentados pela ANA-EP posteriormente.

Portanto, julgo, porque as razões regimentais de apreciação de voto são limitativas, impede-nos aqui de fazer essa apreciação em profundidade, pelo que me parece que o produto final, não é o desejável. Porque há, de facto, questões levantadas pela própria empresa, que ficam sem resposta no âmbito da discussão deste voto de protesto.

Entendemos também que se está a dar aqui tónica num aspecto, deixando fora que a questão de fundo não será, possivelmente, a desactivação dessas duas pistas, por parte da empresa da tutela. Será talvez - e temos que constatar isso objectivamente - a desactivação do próprio aeroporto de Santa Maria, no contexto da política aérea regional. E julgamos que enquanto não se tomar total consciência que, neste momento o aeroporto de Santa Maria está reduzido grandemente aos voos interilhas e que cada vez mais exerce um papel no conjunto da Região semelhante aos pequenos aeródromos que servem as ilhas, apenas através da transportadora regional, realisticamente, nada nos serve apelar, tal como faz o voto do Partido Socialista. Porque o que está neste momento sobredimensionado, é de facto, a infra-estrutura de Santa Maria face ao papel que esse aeroporto detém no conjunto da política aérea regional.

Portanto, eu compreendo perfeitamente, a iniciativa do Partido Socialista, nomeadamente através dos seus deputados eleitos por Santa Maria, mas julgo que a nível regional temo-nos que convencer que se o aeroporto de Santa Maria continuar a ter o papel que tem, já neste momento, e que está confinado a servir a ilha no âmbito das carreiras inter-regionais, obviamente que a actual infra-estrutura está sobredimensionada, independentemente do que vier a acontecer com a Zona Franca de Santa Maria. Mas como o Sr. Deputado que subscreve em primeiro lugar o voto - também já percebi - não acredita muito (e deve ter fortes razões para isso) no sucesso da Zona Franca de Santa Maria, eu julgo

que o futuro que está reservado a essa infra-estrutura, não é de facto, um futuro brilhante. E isso dá alguma razão, sob o ponto de vista técnico à posição que a empresa ANA-EP tem tido, em todo esse processo.

**Presidente:** Penso que estamos em condições de votar.

Pedia à funcionária do PSD que saísse das bancadas, para facilitar a contagem dos votos.

Os Srs. Deputados que concordam com este voto de protesto, façam o favor de se deixar estar como estão.

**Secretário:** O voto de protesto foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Srs. Deputados, passamos agora ao período de antes da ordem do dia reservado ao tratamento de assuntos de interesse relevante para a Região.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Filipe Cabral.

**Deputado Luís Filipe Cabral (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional, através do seu Presidente, em carta dirigida ao Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, retirou a Proposta de Decreto Legislativo Regional que pretendia criar o regime de apoio supletivo às rádios.

Este foi um acto político cuja relevância esta Assembleia não pode esquecer; não pode ser esquecido porque a sua retirada resulta numa manifesta e estrondosa derrota política do Governo que não consegue fazer passar a sua iniciativa na maioria que o suporta nesta Assembleia. Importa portanto lembrar a todos que esta questão não pode passar como sendo uma questão apenas de normalidade democrática, mas sim como uma derrota clara do Sr. Subsecretário Regional da Comunicação Social.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Qualquer regime democrático tem o seu expoente máximo no parlamento eleito pelo povo o qual traduz verdadeiramente a sua vontade acerca de quem deve dirigir os seus destinos.

A Autonomia Regional enquanto regime adoptado para os Açores, baseado nos princípios democráticos, tem o seu expoente máximo na Assembleia Legislativa Regional dos Açores, dela emanando todos os Governos que esta Região tem conhecido.

Para além disso é a esta Casa que compete legislar através dos seus membros com respeito pelo Estatuto.

As normas regimentais, do conhecimento de todos os membros desta Câmara, mas ao que parece, nem sempre conhecidas e respeitadas pelos que, sendo legitimados no seu seio, governam esta Região ou ainda por aqueles que têm como missão veicular para a opinião pública o que se passa nesta Casa, impõem que as comissões permanentes especializadas deverão emitir um parecer com vista a habilitar o Plenário com elementos que lhe permitam apreciar os actos do Governo bem como dar parecer sobre os projectos e propostas de diplomas.

Por outro lado convém não esquecer que ao legislador devem ser fornecidas todas as informações necessárias ao bom desempenho da sua actividade conforme estipulado no seu Estatuto.

Postas estas questões há que referir que tem sido prática nos trabalhos das comissões, solicitar aos membros do Governo proponentes das propostas a apreciar explicações complementares para um melhor esclarecimento dos deputados seus membros, assim como a audição de diversas instituições para o inevitável enriquecimento do debate e da apreciação da matéria em causa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Seria bom que tudo o que aponte fosse respeitado; que todas as informações fossem fornecidas sem qualquer reserva; que os membros do Governo se dispusessem a prestar todos os esclarecimentos necessários. Infelizmente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, isto nem sempre acontece. Seria injusto se generalizasse esta actuação, mas a verdade é que tem acontecido.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Sr. Subsecretário Regional da Comunicação Social desrespeitou esta Assembleia, desrespeitou os membros da Comissão dos Assuntos Sociais.

O Sr. Subsecretário Regional da Comunicação Social desrespeitou esta Assembleia desde o início de todo o processo da iniciativa legislativa que visava criar o regime de apoio supletivo às rádios. Desde logo porque reuniu e se comprometeu com os diversos operadores de rádio privada, adiantando elementos de regulamentação da referida proposta de diploma que os membros da Comissão tiveram oportunidade de constatar através de informações prestadas por operadores de rádio privada. Importa aqui referir que dessa reunião resultou uma acta que sugiro ao Sr. Subsecretário a faça distribuir pelos membros da Comissão.

Mas o desrespeito pelo órgão máximo

da autonomia continua quando o Sr. Subsecretário Regional numa atitude chantagista alimenta esperanças e expectativas aos operadores de rádio privada através de uma hipotética distribuição de subsídios supletivos relegando para a Assembleia e os seus deputados a responsabilidade da sua atribuição. Na prática o Sr. Subsecretário pretendeu dizer aos operadores de rádio privada que tinha o dinheiro para distribuir, mas que os deputados, caso não aprovassem a sua intenção, caberia aos deputados o ónus político da sua não atribuição, obviamente contra a sua vontade.

Esta forma de actuação não pode passar em silêncio.

Mas o desrespeito continuou.

Como já referi a presença dos membros do Governo autores das propostas em discussão nas respectivas Comissões é prática. O Sr. Presidente da Comissão dos Assuntos Sociais desenvolveu esforços preventivos no sentido de acautelar a presença do Sr. Subsecretário da Comunicação Social na Comissão para os necessários esclarecimentos complementares, tendo também a preocupação dos cuidados que deve merecer a agenda do Sr. Subsecretário.

Como se pode constatar pelo relato cronológico desses contactos, dado a conhecer na Comissão pelo seu Presidente, esses contactos foram frustrados por uma visível preocupação do Sr. Subsecretário em não estar presente na Comissão furtando-se assim ao esclarecimento da sua conduta em todo o processo.

Não resisto a informar o Plenário desse relato cronológico:

- No decorrer da sessão legislativa de Janeiro o Presidente da Comissão de Assuntos Sociais informou o Sr. Subsecretário que a Comissão reuniria em Angra do Heroísmo a partir do dia 4 de Março e que contava com a sua presença nessa reunião para prestar esclarecimentos sobre o diploma em questão. O Sr. Subsecretário anotou a data na sua agenda.

- No dia 21 de Fevereiro - data da expedição da convocatória aos membros da Comissão - o Sr. Subsecretário foi contactado pelo Presidente da Comissão para confirmar a sua ida à reunião da Comissão no dia 5 de Março, tendo ele informado que tinha uma reunião prevista na Secretaria de Estado da Comunicação Social aprazada para a semana de 4 a 9 de Março da qual ainda não tinha confirmação. Na ocasião informou que no dia 27 desse mês informaria

a data que poderia estar presente na Comissão. Todavia apontou como possível o dia 6 de Março pelas 15 horas.

- No dia 6 de Março o Presidente da Comissão não recebeu qualquer contacto.

- O Sr. Presidente da Comissão tentou entrar em contacto com o Sr. Subsecretário no dia 7 de Março, deixando-lhe uma mensagem - que lhe foi transmitida no final do Conselho do Governo - que aguardava a confirmação da data possível.

Ainda nesse dia foi contactado o Adjunto do Sr. Subsecretário, Sr. José Andrade, que ficou de lhe transmitir a preocupação do Presidente da Comissão.

- No dia 1 de Março, pelas 10 horas, o Sr. Subsecretário contactou o Sr. Presidente da Comissão tendo-o informado que o melhor dia para a sua presença na Comissão seria a 2ª feira, dia 4 de Março, pelas 14.30 horas, porque teria de viajar para Ponta Delgada nesse mesmo dia, pelas 17.30 horas.

Em face disso ficou então confirmada essa data e hora.

- Pelas 12.15 horas do mesmo dia (6ª feira) o Sr. Presidente foi novamente contactado pelo Sr. Subsecretário que informou ser de todo impossível deslocar-se à reunião da Comissão na semana de 4 a 9 por ter compromissos inadiáveis em Lisboa tendo na ocasião alvitado o adiamento da discussão do diploma para o mês de Maio com o entendimento que aquele diploma se revestia de alguma complexidade e que os seus esclarecimentos poderiam ajudar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Esta resenha cronológica dos contactos que envolveram a tentativa de levar o Sr. Subsecretário à Comissão indicia a pouca vontade por ele demonstrada em explicar a sua complexa proposta aos membros da Comissão sob a alegada indispensabilidade da sua presença em Lisboa para reuniões e contactos de transcendente importância para a Região Autónoma dos Açores. Mas que razões de tão grande importância para a Região terão levado o Sr. Subsecretário a Lisboa?! Teimo em não acreditar que o Sr. Subsecretário dispendeu uma semana em Lisboa apenas para assegurar a colaboração da Direcção Geral da Comunicação Social no que diz respeito a um intercâmbio fotográfico, conforme foi referido pelos Órgãos da Comunicação Social. Peço desculpa mas recuso-me a aceitar que essa colaboração tenha necessitado de uma semana de complicadas e profundas negociações, que tenham relegado para

um plano secundário o tal diploma "complexo" do Sr. Subsecretário, instrumento tão importante para a sua política de Comunicação Social, mesmo depois de saber que aquela proposta começava a suscitar alguma polémica.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Sr. Subsecretário agiu mal com os Deputados desta Casa; agiu mal para com os operadores de rádio privada a quem criou expectativas vãs; agiu mal para com as duas rádios que já usufruíam de um subsídio aprovado nesta Assembleia.

Efectivamente a proposta de diploma retirada visava, em nosso entender, retirar o subsídio que vem sendo atribuído ao Clube Asas do Atlântico e ao Rádio Clube de Angra e redistribuí-lo, acompanhado de um significativo reforço, pelos restantes operadores de rádio privada na Região.

Não se pretendia com aquela proposta acabar com um vício, mas sim multiplicá-lo, restando saber o seu verdadeiro propósito: Pensamos não andar longe se dissermos que o Sr. Subsecretário pretendia subsidiar para controlar. A sua ousadia neste propósito vai mais longe, ao ponto de inclusivamente o Gabinete de Imprensa distribuir noticiários gravados por esses operadores da rádio.

A tentativa do Sr. Subsecretário Regional da Comunicação Social de se transformar no António Ferro da autonomia democrática, progressiva, de combate, tranquila e o mais que se irá ver, não passou de uma tentativa frouxa de um engatinhar tonto e desajeitado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Esta foi uma derrota política que não pode ser escamoteada. Em qualquer parte do mundo civilizado não restava outra saída para o Sr. Subsecretário da Comissão Social que não fosse a demissão.

Disse.

*(Aplausos da bancada do PS)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Administração Interna.

**Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É para dar umas explicações ao Sr. Deputado Luís Filipe Cabral.

Já ontem durante uma intervenção sua, eu olhava para a minha frente, para a bancada do Partido Socialista, e nas intervenções do Sr. Deputado Luís Filipe Cabral via algo que me era vagamente familiar: o que é que me parece naquela intervenção,

naquela postura?

Hoje, aqui, na tribuna confirmei. É que há uma imitação quase sobreponível do seu estilo, ao do Sr. Deputado Carlos César.

*(Risos da bancada do PSD)*

**O Orador:** Há, realmente, o tom de voz, o mesmo estilo...

*(Apartes inaudíveis da bancada do PS)*

**O Orador:** Sr. Deputado Carlos César, aí tem um seguidor, na mesma linha.

Queria agora, em termos de explicações, dizer que em primeiro lugar, não sei em que perspectiva é que pode ser criticável o facto do Governo Regional, a partir dum relatório da Comissão competente e a partir do diálogo que manteve nesta Assembleia com vários deputados, nomeadamente com o seu Grupo Parlamentar, não sei - dizia eu - qual é o problema nem o que é que tem de criticável, o facto de querer retirar e reapreciar a proposta que fez, tal como está escrito no ofício entregue ao Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional. Isso, afinal, é uma atitude perfeitamente natural que noutros casos - porque nós entendemos não o fazer - os Srs. Deputados do Partido Socialista nos criticaram por não o fazer. Quando nós entendemos fazê-lo, vêm criticar-nos, porque o fizemos. Ou seja, é a contradição permanente. É mais uma situação em que se é "preso por ter cão e preso por não ter cão", como se costuma dizer na gíria.

*(Apartes inaudíveis da bancada do PS)*

**O Orador:** Portanto, resulta da postura de completa disponibilidade de, constantemente procurar dialogar e encontrar as melhores soluções.

Em segundo lugar - e a segunda contradição - a contradição do Sr. Deputado Luís Filipe Cabral.

O Governo Regional tem como orientação, estar o mais disponível e o mais empenhado possível em cada momento, para o total diálogo com as Comissões desta Assembleia Legislativa Regional, e com os Deputados desta Assembleia, sejam da maioria, sejam da oposição.

E foi isso que aconteceu sempre. Não se venha agora dizer que há menos disponibilidade, porque não há menos disponibilidade.

E o Sr. Deputado Luís Filipe Cabral, durante a sua intervenção, reconhecia - e os termos eram estes - "que a presença dos membros do Governo é a prática do

Governo". E portanto, também neste caso, nós estivemos disponíveis. Não foi possível articular datas, porque efectivamente, não temos o dom da ubiquidade. Foi também difícil - segundo estou informado - de contactar o Sr. Presidente da Comissão, pelo menos na Delegação da Assembleia em Angra do Heroísmo e portanto, como não temos o dom da ubiquidade, não pudemos estar.

Em terceiro lugar e para terminar, em termos de contradição, penso que não há nada mais do que concluir, senão que o Partido Socialista é a contradição permanente...

*(Apartes inaudíveis da bancada do PS)*

**O Orador:** ...não só da décima para a vigésima linha, como aqui vimos, como também dum período para o outro. É ver a evolução das posições do Partido Socialista de há dois anos até agora. Não sei se o Sr. Deputado Carlos César já se entendeu com o Sr. Deputado Martins Goulart sobre essa questão.

*(Risos da bancada do PS)*

*(Aparte inaudível da Deputada Lisete Silveira)*

**O Orador:** É ver a evolução em dois meses, como por exemplo em relação ao Programa POSEIMA em que, nem sequer em meia dúzia de semanas, a posição também se desenvolve de um sítio para o outro.

**Deputada Lisete Silveira (PS):** O Sr. Secretário não está a referir-se à intervenção.

*(Protestos inaudíveis da bancada do PS)*

**Presidente:** Sr. Secretário Regional, peço-lhe que abrevie, porque está a esgotar o seu tempo.

**O Orador:** Afinal são tão sensíveis como isso. Não se pode tocar nas feridas...

*(Risos da bancada do PS)*

**O Orador:** ...sejam as contradições permanentes, sejam de dois em dois anos, de dois em dois meses, de duas em duas semanas, de dois em dois dias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa.

**Deputado Madruga da Costa (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

E só para duas notas sobre esta matéria que foi aqui exposta pelo Sr. Deputado Luís Filipe Cabral.

Não entendo o espanto de o Governo nesta ocasião, como em outras, aliás, que já se sucederam até em outras legislaturas, ter pedido a retirada duma proposta sua. Fê-lo ao abrigo das disposições regimentais sobre o assunto e portanto, não pode ser condenado por isso. Aliás, se essa era a própria indicação que vinha do relatório da Comissão, não vejo que isto constitua o que quer que seja de derrota política para o Governo. Mas, enfim, é o entendimento do Sr. Deputado Luís Filipe Cabral, é o entendimento do Partido Socialista. Cada um fica com o seu e, portanto, ficamos quites nessa matéria.

O Sr. Deputado Luís Filipe Cabral refere algumas questões de ordem factual na sua intervenção, que eu não posso nem negar, nem confirmar e, portanto, ficam assim mesmo. E ficarão sem resposta. Admito perfeitamente que sejam verdade, não creio que um deputado viesse para esta tribuna faltar à verdade, neste caso ou noutra caso qualquer. Penso que na política e na vida não se pode mentir.

Mas também não se pode lançar suspeições sobre as pessoas; sobre aquilo que elas invocam como justificação para aquilo que fazem ou não fazem. E, portanto, admito também, que o Sr. Subsecretário da Comunicação Social, quando invocou a necessidade de estar em Lisboa para trabalho, relativo ao seu departamento, que o tenha tido que fazer. Portanto, não se subtrai à Comissão, uma vez que isso até seria de alguma forma gratuita, porque senão está numa semana, está na outra. E deveria estar na Comissão e deveria dar os esclarecimentos à Comissão como, aliás, tem sido norma de todo o comportamento do Governo, nesta e noutras ocasiões.

Por outro lado, não vejo também qual é a situação que pode decorrer de mal, do facto do Sr. Subsecretário, na altura da preparação desta documentação, se ter reunido com alguns dos agentes interessados nesta matéria.

Se o Governo se reúne, anteriormente, quando está na elaboração de legislação com os agentes intervenientes na matéria e está mal, se não se reúne, também está mal. Temos aqui várias vezes ouvido alguns srs. deputados, em relação a outras áreas, estou-me a lembrar, às vezes as intervenções do Sr. Deputado Francisco Sousa, reclamando que na altura da elaboração e legislação sobre o ensino, as estruturas representativas dos professores sejam ouvidas. E, portanto,

não há dúvida nenhuma que parece que essa é uma prática que deve ser seguida. Não tenho qualquer dúvida. E por isso, nessas conversas, se o Governo está apontando para uma proposta que é a sua proposta, que ninguém pode proibir de a formular, é natural que o Governo dê conhecimento disso e do que virá depois, aos agentes intervenientes nessa matéria. E não é criar falsas expectativas...

**Presidente:** Sr. Deputado, é só para lhe dizer que está a esgotar o seu tempo e pedia-lhe que abreviasse.

**O Orador:** Finalmente sobre esta matéria de subsidiação, só gostaria de lembrar à Câmara que, efectivamente, quando tínhamos apenas duas estações de rádio privadas, foi o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt que apresentou a esta Câmara - e bem julgo eu - uma proposta de criação desses subsídios para o Clube Asas do Atântico e o Rádio Clube de Angra. Portanto, a iniciativa, se calhar a bondade nesta matéria, nem talvez cabe ao Governo. Foi até seguindo na linha daquilo que foi apresentado por um deputado da bancada do Partido Socialista.

**Presidente:** Tem agora a palavra o Sr. Deputado Fernando Fonte.

**Deputado Fernando Fonte (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para prestar um esclarecimento adicional e porque fui referido aqui na comunicação do Sr. Secretário Regional da Administração Interna. É para dizer que no período em que decorre toda essa cronologia, me encontrava na Ilha Terceira. E o Sr. Subsecretário conhece os meus contactos telefónicos. Já me telefonou para casa, já conversou comigo na Assembleia e já conversou comigo várias vezes no Partido Socialista. Portanto, ele tinha os meus contactos telefónicos, podia ter contactado comigo, em qualquer um deles, como aliás, veio a fazer quando já estava aflito: telefonou para o Partido Socialista e foi daí, que tivemos as nossas conversas todas.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart.

**Deputado Martins Goulart (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É uma breve intervenção, para afirmar que, de facto, não invejo a posição do Sr. Secretário Regional da Administração Interna, que nesta Assembleia é sistemática-

mente, condutor dum "carro vassoura" do seu Governo, porque ele tem aqui o papel de abandonado num abancada, ficar na posição de ter que varrer o lixo.

**Deputado Carlos Teixeira (PSD):** Um sozinho chega para vocês todos!

**O Orador:** Faço excepção ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, mas geralmente ele está sózinho, quando o Sr. Presidente do Governo Regional pretende desvalorizar a presença do Governo e fica sistematicamente, com muita coerência, na posição de condutor dum "carro vassoura", para que o lixo seja por ele varrido e, de facto, não invejo essa posição.

Não admito, todavia, que o Sr. Secretário venha, sistematicamente, acusar o Partido Socialista de coisas que não acontecem e porque não tem argumentos - e os argumentos que utiliza são sempre pobres - tente lançar invectivas sobre a existência de problemas ou de relacionamentos pessoais, mais ou menos alimentados, de acordo com os seus artifícios e os seus problemas de patologia que nada têm a ver com o debate político que aqui se passa.

Eu recomendo que tenha uma conversa com o seu camarada de partido, Dr. Álvaro Monjardino, que sabe muito bem caracterizar estes problemas de patologia política.

Quanto às questões de eventual mudança de posição do programa POSEIMA, e devido à actualidade desse problema e porque foi trazido aqui novamente, esse tópico para uma conversa que nada tinha a ver com o assunto, eu devo dizer ao Sr. Secretário que o Partido Socialista nunca teve duas posições sobre essa matéria. Teve uma só. Ela foi, repetidamente anunciada no Funchal, em Bruxelas e nesta Casa. Foi portanto, uma só. E não percebo porque é que o Sr. Secretário na sua tentativa de desvalorizar as atitudes do Partido Socialista, se coloca na posição absurda de dizer que "o preto é branco e que o branco é preto".

O Partido Socialista tem uma posição claríssima, de crítica quanto ao programa POSEIMA, o que não quer dizer que não reconheça nele, aspectos positivos - disse-o no Funchal, disse-o em Bruxelas, digo-o aqui. Mas a nossa posição é construtiva; o programa POSEIMA não é nenhuma bíblia, está em aberto; está em discussão, pode ser melhorado, e todas as iniciativas do Partido Socialista, designadamente, e aqui permitam-me a oportunidade de dizer que, pela mão do Partido Socialista e não pela

minha, vão ser ouvidos em Comissão, o Governo Regional dos Açores, o Governo Regional da Madeira e as duas Assembleias Legislativas Regionais, no sentido da construção de um processo mais positivo para os Açores, em que nós estamos a trabalhar. Não fazemos nada para que a situação dos Açores, em Bruxelas, fique desvalorizada. Pelo contrário, tudo fizemos para que o programa POSEIMA possa ser melhor. E se ele for corrigido como se pretende, certamente que a nossa intervenção terá valido a pena. Se não tivéssemos feito nada e a proposta tivesse ficado tal como está, os Açores teriam perdido.

Disse.

*Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!*  
*(Aplausos da bancada do PS)*

**Presidente:** Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt.

**Deputado José Manuel Bettencourt (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

E apenas para, muito rapidamente, introduzir uma precisão relativamente à intervenção do Sr. Deputado Madruga da Costa, quando referiu a minha pessoa.

Eu não nego que participei na feitura do decreto legislativo regional que atribuiu o subsídio ao Rádio Clube de Angra e ao Clube Asas do Atlântico. Fi-lo num manifesta prova de solidariedade.

Considerámos que essas duas estações de rádio haviam já sido declaradas pessoas colectivas de utilidade pública. E só por isso é que incidiu o subsídio com base na receita da taxa da RDP. No entanto, Sr. Deputado, para que fique registado a verdade dos factos, o proponente desse decreto foi o então Deputado Raimundo Mesquita.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Filipe Cabral.

**Deputado Luís Filipe Cabral (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ouvi com atenção, quer a intervenção do Sr. Secretário Regional da Administração Interna, quer do Sr. Deputado Madruga da Costa e gostaria de fazer algumas precisões.

Em relação ao Sr. Secretário da Administração Interna, gostei imenso de o ver seguir os últimos desenvolvimentos da guerra do Golfo, relativamente aos iraquianos. Ou seja, quando retiram clamando vitória. Gostei imenso de ver o Sr. Secretário

retirar clamando: "ganhei, ganhei", porque retirei o diploma. Ficaremos por aqui em relação a essa questão.

*(Risos da bancada do PS)*

**O Orador:** Continuando a minha apreciação àquilo que disse o Sr. Secretário Regional da Administração Interna, gostaria de dizer que não fiz a referência na minha intervenção, a que o Governo tenha desrespeitado sempre essa prática. O que se diz é que essa não é uma prática do Governo, mas sim uma prática das Comissões desta Assembleia. E faço excepção a alguns membros do Governo Regional. Alguns que nessa matéria têm sido respeitadores para com os deputados desta Casa que aqui trabalham.

Agora, o que é preciso que fique bem claro, é que há membros do Governo Regional que não cumprem e que não respeitam as pessoas que aqui trabalham e as pessoas que na Comissão, com todo o esforço, pretendem trabalhar e legislar o melhor possível.

Relativamente àquilo que diz o Sr. Deputado Madruga da Costa, quero explicar-lhe, quando faz a referência às rádios e porque a proposta do subsídio atribuído ao Rádio Clube de Angra e ao Clube Asas do Atlântico é sob proposta do Partido Socialista, gostaria de dizer-lhe o seguinte:

O Rádio Clube de Angra e o Clube Asas do Atlântico são completamente diferentes dos novos operadores de rádio privada. São instituições públicas, de utilidade pública. São instituições privadas de utilidade pública. Não tiveram que demonstrar em parte nenhuma, a sua viabilidade económica e são completamente diferentes. Portanto não podem ser postas em pé de igualdade. A situação que se pretendia neste momento, era dar subsídio a quem teve que concorrer e demonstrar essa viabilidade económica, em pé de igualdade com empresas privadas de utilidade pública e sem fins lucrativos - aqui está a diferença.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

**Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É apenas para fazer alguns comentários à intervenção do Sr. Deputado Martins Goulart.

Eu não assisti à sua intervenção relacionada com o POSEIMA, nem sequer vou agora discutir as razões pelas quais o Partido Socialista está contra ou a favor. Apenas

queria fazer algumas observações acerca de alguns comentários feitos por V. Ex<sup>a</sup>.

Eu estou, directamente ligado ao POSEIMA. Ando a negociar o programa desde 1988. O primeiro documento que vai para Bruxelas sobre essa matéria, é da minha responsabilidade. E todas as questões que eu até agora tenho ouvido falar publicamente, da sua não inclusão do POSEIMA, não foram incluídas nesse programa, porque a Comissão, terminantemente, sempre negou a sua inclusão. Aliás, o grupo que negociou connosco, dependia directamente do Presidente Delors.

Quando se levantou a questão dos transportes, a resposta foi terminante: Não!

Quando se lhe pôs a questão das pescas, a resposta foi terminante: Não!

Quando se lhe pôs a questão dos subsídios aos adubos, a resposta foi terminante: Não!

É óbvio que nessa negociação que eu tenho consigo pessoalmente, em todas as reuniões em que tenho estado presente - e praticamente tenho estado em todas as reuniões técnicas de negociação - estes problemas têm sido, sucessivamente, levantados.

- Por quê?

Numa tentativa nossa, de "água mole em pedra dura tanto bate até que fura", chegar a fazer com que a Comissão perceba as nossas razões.

Mas o que não está lá, Sr. Deputado, é que não houve nenhum descuido negocial da nossa parte. Não houve nunca, o desistir da insistência, da nossa parte, sobre esses problemas.

Aliás, arrego-me - se me permite - de possuir capacidade suficiente nessas matérias, para não desistir nunca, daquilo que julgo que são as justas razões e as justas questões apresentadas pelo Governo Regional. O que não está lá, é porque a Comissão não quis. E o que estamos a tentar à última da hora pôr lá - toda a gente - não é mais do que o resultado duma posição intransigente da própria Comissão.

Aliás, a primeira grande questão, se recuarmos a 1988, ao primeiro documento que é apresentado à Comissão...

**Presidente:** Sr. Secretário, tem mais 1 minuto.

**O Orador:** Obrigado, Sr. Presidente. Desconte agora esses segundos.

*(Risos da Câmara)*

**O Orador:** Como eu ia dizendo no primeiro

documento apresentado à Comissão, a questão é sempre levantada no mesmo sítio, que é no problema dos transportes. E é o Presidente Delors que diz "nem pensem nisso"!

Portanto, nesta matéria não posso aceitar qualquer acusação, mais ou menos velada, que da minha parte ou da parte de quem está envolvido nisto, houve descuidos, não se insistiu, não se negociou bem, não está lá uma coisa que devia estar...

Aliás, o POSEIMA, independentemente do Sr. Deputado estar de acordo ou não, é no seu contexto político, tão genérico, que a parte importante agora, é a discussão dos regulamentos onde, em termos horizontais, cada produto vai ser sujeito objectivamente de novo. Que, aliás, está dependente duma outra questão - que não é uma questão menor e o Sr. Deputado não referiu - que é a questão orçamental. E aí, a Comissão não abre mão, porque também dinheiro, parece que não tem muito.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Bastos.

**Deputado Luís Bastos (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Era só para fazer algumas observações e comentários à intervenção do Sr. Deputado Martins Goulart.

Vou fazer de uma maneira correcta, cordial. Não vou empregar as terminologias nem as frases agressivas que o Sr. Deputado novamente aqui traz para esta praça, depois de chamar a atenção dos deputados do PSD para essa agressividade.

O Sr. Deputado está sempre calado, mas quando fala, infelizmente, só contribui para transformar esta Casa numa autêntica chincana política.

Agora, o que eu não posso deixar a claro, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é esta "acrobacia" política do Sr. Deputado Martins Goulart, que vem agora dizer, depois de se ter ontem denunciado aqui as contradições e todas as argumentações do Partido Socialista, face ao programa POSEIMA, vem agora dizer - como já referi - que o programa está cheio de virtualidades, mas que está ainda em aberto, ainda se pode introduzir alterações, e o Partido Socialista tudo está a fazer para que sejam introduzidas essas alterações. Como se fosse possível, com a influência do Partido Socialista, agora em última hora, em fim-de-semana de gozo de férias em Bruxelas, alterar alguma coisa àquilo que tem vindo a ser

negociado há anos, como ainda há poucos minutos disse o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Cada vez mais, o comportamento da bancada do Partido Socialista e dos seus principais líderes, tem cada vez mais a ver ou se assemelha mais a um 2º parágrafo que eu posso ler aqui - ou que daqui a pouco vai ser lido - da proposta de resolução do PCP, sobre "Espectáculo Tauromáquico".

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Administração Interna.

**Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em relação ao Sr. Deputado Luís Filipe Cabral, gostaria de confirmar que, efectivamente, não vemos onde é que está o problema de ouvirmos previamente, uma série de entidades que poderão estar envolvidas num determinado processo e, inclusivamente, dar como indicação, qual a linha geral do pensamento do proponente da proposta. Não vejo qual é o problema.

Em segundo lugar, se há gente nas comissões da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, empenhada e trabalhando para que possa fazer, efectivamente, o seu trabalho - e há de todas as bancadas - admitam também, que no Governo Regional há essa mesma disponibilidade e se fez esse mesmo trabalho com esse mesmo empenho, para que as coisas se resolvam da melhor forma possível.

Por outro lado ainda, também gostaria de referir que a função que eu exerço neste Parlamento - Sr. Deputado Martins Goulart - é uma função que é exercida em todos os parlamentos. Todos os governos têm um membro do Governo que acompanha, mais directamente, os trabalhos das respectivas Assembleias. Vivemos numa democracia, temos um parlamento e não há nada estranho nisso.

Continuando nesta linha, também gostaria de dizer, que no exercício das funções que aqui tenho, e porque discordo profundamente de algumas opções políticas do Partido Socialista, nada mais linear do que eu aqui fazer essas acusações ao Partido Socialista e tentar exteriorizar aquilo que penso, acerca das suas contradições, porque penso efectivamente isso. É essa a minha função. É isso que eu penso que deve ser feito. E penso que é este o lugar para o fazer. Se o Partido Socialista está em permanente contradição, devo aqui denunciar essa perma-

nente contradição - é o que eu faço.

Para terminar, eu gostaria de referir que os Srs. Deputados do Partido Socialista e, nomeadamente os seus líderes, descobriram o POSEIMA em 1991. Nós vimos trabalhando nele desde 1988.

*Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** O que aconteceu, foi que o Partido Socialista foi apanhado desprevenido; o que aconteceu foi que o Partido Socialista não acompanhou esta matéria, devidamente e por isso é que chega aqui, a esta situação. E devo dizer, Srs. Deputados, que me choca muito - e vou falar mais se calhar com o coração do que com a cabeça - que se classifique este programa de "colonial".

Quem é o colonialista? É a Comissão da Comunidade Económica Europeia?

É quem tem as mais altas responsabilidades em França ou é quem tem as mais altas responsabilidades em Espanha?

Se é colonial, quem são os colonialistas?

*Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart.

**Deputado Martins Goulart (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

De facto, o debate sobre o POSEIMA devia fazer-se nesta Assembleia, em profundidade. Só que o Governo Regional, com a sua praxe de manter em segredo de estado, assuntos de grande interesse para a Região, só entregou à oposição a versão francesa do POSEIMA, há cerca de um mês. Era impossível, porque os Srs. Membros do Governo sabem quem é que entra no processo negocial, quais são os canais institucionais referentes aos processos de relacionamento entre Governo Regional/Governo da República e também a Comunidade; é difícil entrar no circuito, a não ser através dum processo de informação do Governo Regional.

Fomos informados há muito pouco tempo. E não descansámos desde o momento em que a proposta do POSEIMA nos foi entregue, para analisarmos em profundidade, e até talvez fomos os primeiros na Região Autónoma dos Açores, a receber a versão portuguesa do POSEIMA. Porque ele ainda estava em francês, o que não é de bom tom, para órgãos de Governo próprio duma região portuguesa.

O assunto é, de facto, extremamente complexo e eu louvo as palavras do Sr. Secretário da Agricultura e Pescas, na

medida em que elas me dão razão. Ele explicou que o POSEIMA é omissivo quanto à questão dos transportes, é omissivo quanto à questão essencial para o desenvolvimento dos Açores e foram essas as críticas que eu fiz.

Os Srs. Deputados que estavam muito preocupados com as minhas críticas, nunca leram o que eu disse - e está escrito nos jornais do Funchal, do Continente e todas as posições que eu tomei em Bruxelas - ou seja, que o programa tem medidas úteis para os Açores, mas são míopes. Porque como só se fez um grande debate sobre o POSEIMA, eu não poderia, naturalmente, explicar tudo aos Srs. Deputados. Mas os Srs. Deputados que têm também uma visão míope, que estão aqui simplesmente para fazer a pequena política, não estão interessados em debater as grandes questões.

As grandes questões têm a ver com este documento e este documento é um documento insuficiente - toda a gente está de acordo com isso.

Este documento pode ser melhorado, e estamos a fazer todos os esforços nesse sentido. Este documento enferma de um mal doutrinário, porque está na dependência de um processo que nada tem a ver com a caracterização que os Açores deveriam ter no contexto da Comunidade Europeia e que nada tem a ver com os "Doms" franceses. E se por ventura algumas das medidas que também servem aos "Doms", servem aos Açores, isso pode ser aceitável numa medida de curto prazo, mas os Açores não ganharam a batalha da Europa, como se está a ver, porque a Comissão ainda rejeita pretensões açorianas, como aqui foi confirmado, na medida em que os Açores não tiveram, ou porque o Governo da República não lhe dá força em Bruxelas e em Estrasburgo, ou porque há incapacidade negocial em vários circuitos - e eu não ponho em causa a boa vontade e a "água mole em pedra dura" que muitos de nós estamos a fazer bater contra algumas cabeceiras da Comunidade - mas essa é a nossa missão; não é ficando calados, é levantando a nossa voz, exortando-nos, para que processos essenciais, designadamente a questão dos transportes, não fiquem adiadas só porque a Comissão diz não. A Comissão diz não porque há duas condições fundamentais para que a questão dos transportes seja resolvida. A Comissão exige liberalização e exige uma política nacional de transportes. Pronto, a explicação que me foi

dada é esta.

Se os técnicos da Comunidade, que me explicaram isso e que, contrastaram com a questão das Canárias e explicaram isto a várias pessoas e foi em vários sítios que eu ouvi esta versão e não há, digamos, uma teimosia do Sr. Delors; é questão que tem a ver com o monopolismo da economia portuguesa, com a existência duma companhia nacional de transportes aéreos, por exemplo, que é monopolista, com uma SATA monopolista, com transportes marítimos que são monopolistas, mas que no fundo funcionam quase como monopólio, que impedem que se faça a quantificação do preço real de transporte e a Comunidade...

**Presidente:** Sr. Deputado, pedia-lhe que terminasse porque está a esgotar o seu tempo.

**O Orador:** ...para monopólios se aproveitarem de dinheiros comunitários.

É evidente que a discussão não se fez só com estas abordagens parcelares. O assunto é muito complexo. Mas a nossa missão aqui é, de facto, levantar os problemas, discuti-los, para que a posição dos Açores na Europa, para que a posição dos Açores no território nacional, seja valorizada e saíamos destes debates, com atitudes muito mais dignas, para que possamos vencer em todas as frentes do nosso processo de afirmação autonómica.

*Voices do PS: Muito bem! Muito bem!  
(Aplausos da bancada do PS)*

**Presidente:** Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

**Deputado Rui Melo (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu peço a palavra, porque penso que há aqui uma série de contradições.

O Sr. Deputado Martins Goulart sempre que usou da palavra, fala nas posições do Partido Socialista.

Constantemente, dá a entender que essas posições são posições lineares, transparentes. Que são a linha de actuação única. E as questões que se põem, é se as posições do Partido Socialista são as suas posições, se são as posições do Sr. Deputado Carlos César, se são as posições do Sr. Deputado Cunha de Oliveira ou se ainda são as posições do seu ordenança o Sr. Deputado Casaca.

E a questão é vê-los. Nós temos aqui como eu tenho, as suas declarações, em que fez referência aos jornais, mas não fez referência às suas declarações na televisão...

*(Risos da bancada do PS)*

O Orador: ...que quando vai à televisão perde a cabeça e depois no dia a seguir, quando o Sr. Deputado Carlos César deve chamar-lhe à atenção para as barbaridades que diz, porque vai para lá para se exhibir, já não é a mesma coisa dos jornais, é um contrasenso. E diz desprezar muitas vezes a Comunicação Social escrita, para privilegiar a televisão. E é vermos as suas intervenções na televisão!

Como eu dizia, é preciso saber quais são, de facto, essas posições. Porque o Sr. Deputado Martins Goulart - e eu tenho aqui o vosso documento que não sei se era um programa do Governo, se era uma proposta eleitoral, se o que é que era - afirma sobre a integração na CEE, nos capítulos das grandes opções, na modernização da economia açoriana, o seguinte: "pôr as políticas dos fundos estruturais da CEE ao serviço da estratégia de desenvolvimento da Região, reforçando a nossa capacidade de dedução de fundos...", imediatamente aparece o programa POSEIMA que é para fazer uma observação de fundos e o Sr. Deputado vem dizer que é um programa colonialista.

E é preciso que se faça justiça nesta Casa, Sr. Deputado. Quem levantou a questão do POSEIMA nesta Casa, quando os Srs. não se tinha apercebido o que era o POSEIMA, foi o Sr. Deputado Paulo Valadão do Partido Comunista, usando aqui da palavra, salvo erro, em 24 de Janeiro. Os Srs. ainda não se tinham apercebido. O Sr. Deputado Martins Goulart ainda não se tinha reunido com o seu esquadrão, talvez o esquadrão da boina, em que o Sr. Deputado Martins Goulart, Cunha de Oliveira e Paulo Casaca, que fazem uns "raids" de actuação entre Bruxelas e Madeira, talvez qualquer dia vão ser condecorados também com a boina para poder intervir.

No fundo, Srs. Deputados, quando o Sr. Deputado Carlos César fez afirmações no Açoriano Oriental, quando o Sr. Deputado Martins Goulart fez outras diferentes, quando o Sr. Deputado Cunha de Oliveira ainda fez outras... qual é a posição do Partido Socialista?

*(Apartes inaudíveis da bancada do PS)*

O Orador: É preciso que nós saibamos qual é a vossa posição - esta é que é a verdade.

E aquilo que está escrito é outra posição

do Partido Socialista.

No fundo, o Sr. Deputado Martins Goulart, a única coisa que tem feito nesta Casa é servir de caixa de ressonância do Sr. Deputado Cunha de Oliveira, simplesmente.

*(Risos da bancada do PS)*

O Orador: Que até foi à televisão dizer que não sabia porque é que os apoios à pesca artesanal ou aos transportes, não estavam a enquadrar-se no POSEIMA. Como se fosse o Governo Regional o grande culpado de essas coisas não estarem no POSEIMA.

Nós vamos continuar a lutar, como tem dito o Governo e muito bem. E há aqui afirmações que o Sr. ontem fez, e que o Sr. Secretário da Agricultura e Pescas estava ausente, e que hoje não fez. Por quê?

Porque é que não o questiona hoje?!

Porque tem medo da resposta - esta é que é a verdade.

*Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos da bancada do PSD)*

*(Aparte inaudível do Deputado Martins Goulart)*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas mais umas observações acerca da intervenção do Sr. Deputado Martins Goulart.

Que o POSEIMA pode ser melhorado, estamos todos de acordo.

Que o POSEIMA tem algumas lacunas, estamos todos de acordo. Aliás, eu sou a primeira pessoa a ter a responsabilidade a ter dito isso no seio da Comissão.

Quanto à questão da eventual comparação entre "Doms", Açores-Madeira-Canárias, a minha posição sobre esta matéria, Sr. Deputado, é que o POSEIMA não é um programa de desenvolvimento. Não tem nada a ver com modelos de desenvolvimento.

O POSEIMA é uma construção que a Comunidade encontrou, para ultrapassar questões de insularidade.

Ora, os "Doms" são objectivamente e tecnicamente, tão insulares como os Açores. Sob o ponto de vista, estritamente económico, é assim Sr. Deputado.

Deputado Martins Goulart (PS): Não são, não!

O Orador: Por outro lado, há aqui uma questão que eu gostaria que ficasse esclareci-

da.

O Sr. Deputado quando recebeu a versão francesa, não havia outra versão! Nós todos trabalhamos em Bruxelas com versões francesas. Eu durante dois anos, trabalhei com versões francesas, Sr. Deputado.

O Sr. recebeu a versão francesa, porque era a única que havia!

Por outro lado, só a recebeu numa determinada altura, porque nós tínhamos instruções rigorosas da Comissão, para que esta fase negocial ficasse confidencial.

A única versão que era conhecida, era a versão que nós para lá enviámos. E era a única versão que, indirectamente, era conhecida porque já se sabia desde o princípio. Não é segredo para ninguém que as versões, em termos estruturais, não se afastavam muito do POSEIMA.

Quanto à questão dos transportes - permita-me que lhe diga - que aí é que há um erro de base. É que, uma coisa é o que lhe podem dizer os funcionários de Bruxelas, mas a razão fundamental, pela qual a Comissão nega os subsídios aos transportes é muito simples: é porque é um precedente, o qual a Dinamarca e a Grécia também querem utilizar. E quando a Dinamarca e a Grécia quiserem utilizar o precedente dos transportes não há orçamento comunitário que chegue para isso. Daí que nós tivemos que construir um POSEIMA, totalmente ao contrário, para ir buscar aquilo que os transportes negava...

Aliás, a questão orçamental é tão interessante, que quando se fala dos produtos mais importantes - no caso da Madeira a banana, no caso dos Açores o leite - só a factura financeira para o leite é superior à totalidade dos restantes programas. Porque, objectivamente, nós tentámos ultrapassar a dificuldade do transporte, por uma via indirecta.

Portanto, versão francesa, Sr. Deputado, era aquela que havia. Eu trabalhei durante dois anos numa versão francesa. A versão portuguesa quando apareceu, foi distribuída.

A questão dos transportes não é por causa dos monopólios. É porque há um precedente que a Dinamarca e a Grécia não aceitam. Ou querem também para si. E isso, eu sei talvez melhor que o Sr.

Quanto à questão dos produtos e à forma negocial, é tudo tão claro. É tudo tão claro.

**Presidente:** Tem a palavra a Sr<sup>a</sup> Deputada Lisete Silveira.

**Deputada Lisete Silveira (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Era a propósito do que se tem dito aqui, e surgiu tudo a propósito da intervenção do Deputado Luís Filipe Cabral, que falou acerca duma atitude menos própria do Subsecretário da Comunicação Social.

Infelizmente ou felizmente, porque muitas vezes isso ocasiona esclarecimentos posteriores, o sr. Secretário da Administração Interna - com a sua habilidade política que se lhe reconhece - resolveu "desviar" a atenção do fulcro da intervenção do Sr. Deputado Luís Filipe Cabral, para tergiversar para outros pontos, porque não convinha, de facto, continuar a realçar e a pôr em destaque, as atitudes do Sr. Subsecretário da Comunicação Social.

Portanto, era só isto que eu tinha a dizer. Ou seja, que lamento que se tentem desviar as atenções, recorrendo a argumentos menos indicados para o assunto que se estava a discutir, para se desviar o assunto, porque não interessa muitas vezes discuti-lo em profundidade.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Administração Interna.

Peço-lhe que tenha em consideração nas suas palavras, que o Partido Socialista já não dispõe de tempo. De forma que não faça perguntas, porque não poderá obter respostas.

**Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves):** Com certeza, Sr. Presidente.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

É só para agradecer o elogio da Sr<sup>a</sup> Deputada Lisete Silveira, mas que não corresponde efectivamente, à realidade. Eu limitei-me a seguir um fio de raciocínio que se referia à intervenção do Sr. Deputado Luís Filipe Cabral, introduzi-lhe alguns aspectos laterais que, ao contrário do que eu esperava, criaram grande nervosíssimo no Partido Socialista, talvez para disfarçar as contradições. E pronto, depois caiu-se na discussão que se caíu.

Obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Martins.

**Deputado Artur Martins (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Participando, em representação do Conselho de Ilha de S. Miguel na Comissão de Acompanhamento do Plano Integrado de Apoio Comunitário posso seguir mais de perto os trabalhos que os diversos departamentos governamentais têm promovido,

em ordem a se atingir os objectivos para que aquela comissão foi criada.

Ao trazer este assunto a esta Câmara faça-o com a consciência de abrangência e dos resultados positivos das acções nas zonas integradas no CAPIAC e que importa ter em público conhecimento.

Visando, acima de tudo promover e dignificar as famílias mais carenciadas, muitas são as iniciativas sociais e culturais que, paralelamente, com a dotação de infraestruturas de apoio e ainda a intervenção em forma de ajuda económica e de melhoria de condições de habitabilidade, têm resultado na correcção das assimetrias e alternando as situações de pobreza nas suas várias vertentes.

No que diz respeito à acção social desencadeada no âmbito do CAPIAC e destinada à criação de condições sócioeconómicas e culturais favoráveis à solução das situações de precaridade económica, salienta-se que foram atendidos 4.208 casos que abrangem cerca de 19 mil pessoas.

Em resultado desta acção foram distribuídos 73 mil contos que visavam colmatar situações precárias derivadas de doença, invalidez, insuficiências económicas, desajustamentos sociais e outros.

A criação de equipamento de apoio familiar foi uma das outras medidas de grande alcance social, tendo sido posto a funcionar uma creche no Centro de Assistência Social de Vila Franca do Campo e um lar tipo familiar para crianças privadas do meio familiar normal, na Lagoa.

Por outro lado, o Centro de Emprego contribui na busca de soluções para as situações de desemprego ou de que num segundo activo na família auferisse rendimentos pelo trabalho.

Não se podendo enumerar até à exaustão as inúmeras acções neste âmbito, é conveniente referir a atenção dada à continuação do Projecto de Acção Comunitária em Rabo de Peixe designadamente com a colocação de uma Educadora de Infância no serviço de Acção Social Directa.

Foram ainda apresentados 3 projectos de Desenvolvimento Comunitário ao Comissariado de Luta contra a Pobreza, relativos a S. Roque/Lagoa e Lagedo em Ponta Delgada, que montam os 70 mil contos.

Do levantamento efectuado quanto à situação social e cujo diagnóstico procurou identificar os problemas sociais no Rosário da Lagoa, optou-se pela criação de um Centro Social junto aos Bairros Piscatórios

e que conta com o apoio financeiro de 10 mil contos da Secretaria da Saúde e Segurança Social e Câmara Municipal da Lagoa.

No Bairro do Lagedo em Ponta Delgada o Governo concedeu subsídios para equipar o centro comunitário no valor de cerca de 900 contos e 100 contos mensais ao Centro Paroquial de S. José, com vista a ajudar as despesas de manutenção.

No âmbito da Educação várias foram as acções tendentes a atenuar o absentismo e o insucesso escolar que é, como se sabe, uma das grandes chagas das zonas atingidas pelo PIAC.

Para tal foi alargada a instalação ao ensino pré-escolar o que se tem traduzido numa melhor integração aos alunos que frequentam a escola pela 1ª vez, sob o ponto de vista pedagógico e uma maior aproximação das famílias à escola, o que vem influenciando o respectivo interesse pelo ensino e desenvolver e valorizar áreas interdisciplinares de apoio do crescimento das crianças.

A dinamização cultural nas escolas abrangidas pelo PIAC tem sido uma outra vertente à qual se tem dedicado especial atenção.

Aproveitando-se datas festivas, têm-se valorizado exposições, encontros e promovido actividades recreativas como hora de conto, dramatização, pintura, animação de rua e nas escolas, etc..

Tratam-se de medidas que visam a elevação do nível cultural não só dos alunos abrangidos pelas zonas integradas no PIAC, como das respectivas famílias.

No que diz respeito à Acção Social Escolar, também aqui se constata a importância dos apoios aos mais carenciados, o que se tem traduzido numa melhoria acentuada na assimilação de hábitos pedagógicos aceitáveis.

Os auxílios económicos directos constaram da atribuição de leite, merenda, livros, transporte, material de apoio pedagógico e equipamento de educação física.

No Concelho de Ponta Delgada foi dispendido em 1988/90 a verba de 316 contos e 270 contos respectivamente e no Concelho da Ribeira Grande 360 contos e 450 contos que se destinavam ao transporte de alunos.

Para a Acção Social Escolar foram ainda dispendidos 2.740 contos que abrangeram:

529 alunos na Lagoa;

741 alunos em Ponta Delgada;

1.890 alunos na Ribeira Grande;

492 alunos em Vila Franca do Campo.

A experiência levada a cabo em Rabo de Peixe, ao distribuírem-se diariamente sopa aos alunos, com resultados manifestamente positivos, foi transposta para o Livramento e S. Roque, Fajã de Baixo e Ribeira Seca.

Estas medidas sociais têm levado à ultrapassagem sistemática de muitas situações de carência, havendo necessidade de as aperfeiçoar e ampliar.

Importa continuar a desenvolver acções tendentes a modificar assimetrias estruturais, económicas e sociais, no âmbito do PIAC, como forma de se ultrapassar e reduzir as situações de pobreza.

Assim, estão previstas:

Acções de formação contínua:

- para professores
- para auxiliares de acção educativa (higiene e limpeza, primeiros socorros, relações humanas)
- acções de promoção sócio-cultural das zonas caracterizadas e em que o baixo nível sócio-cultural e económico é responsável, na maioria dos casos, pelas necessidades escolares específicas.
- alargamento ao apoio às necessidades escolares específicas pelo Centro Especial dos Açores e pelo S.A.D.A. com a intervenção de técnicos
- ampliação das equipas interdisciplinares para o apoio às áreas das expressões (música, dramática e plástica)
- reimplantação dos "ateliers" com introdução de actividades para escolares e para profissionais
- Continuidade da acção desenvolvida no Bairro Social das Larangeiras e do Lagedo e alargamento à Fajã de Baixo, Lagoa, Vila Franca do Campo e Ribeira Grande, desde que haja disponibilidade de instalações
- Reajustamento-funcionamento de lugares docentes com vista a:
  - Reduzir o número de alunos por turma
  - Colocação de professores de apoio
  - Criação de lugares da Pré-Primária
  - criação de actividades de apoio à ocupação de tempos livres, bem como de colónias de férias.
  - implementação de bibliotecas juvenis e infantis em Lagoa e Vila Franca do Campo
  - dinamização das bibliotecas juvenis com a colaboração de professores destacados.

No que diz respeito ao capítulo de habitação, o Governo implementou uma série de medidas com vista a proporcionar condições de habitabilidade aos agregados em desequilíbrio sócio-económico.

Assim foram adquiridas moradias para famílias que viviam em situações de pobreza e sem abrigo condigno.

Em 1989 e no concelho da Lagoa foram atribuídas 8 moradias que custaram 15.150 contos.

No concelho de Ponta Delgada mais 44 famílias passaram a viver debaixo de um tecto condigno proporcionando-lhes a possibilidade de se promoverem socialmente, para tal foi dispendido a verba de 54.195 contos.

Na Povoação o Governo adquiriu 6 moradias, resolvendo a situação de outros tantos agregados no valor de 6.769 contos.

No concelho da Ribeira Grande, foram atribuídas a 11 famílias habitações cujo montante ascendeu a 10.848 contos.

Por último em Vila Franca do Campo foram adquiridas 4 casas no montante a 6.950 contos.

Em 1990, o Governo Regional volta a implementar a mesma medida, tendo para tal adquirido e atribuído as seguintes moradias:

- Lagoa 8 casas no valor de 11.850 contos.
- Ponta Delgada 42 no valor de 63.493 contos.
- Povoação 14 no valor de 15.600 contos.
- Nordeste 3 no valor de 817 contos.
- Ribeira Grande 45 no valor de 74.495 contos.
- Vila Franca do Campo 8 no valor de 15.400 contos.

Sendo certo que não é possível irradiar definitivamente as bolsas de pobreza da Ilha de S. Miguel, enquanto os próprios interessados não quiserem modificar hábitos e mentalidades.

Constata-se, assim, que o Governo Regional tem vindo paulativamente a alterar as assimetrias sociais existentes, mas ainda há muito a fazer nesse campo e em relação ao qual se espera a implementação de novas e mais acções.

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa para uma interpelação à Mesa.

**Deputado Francisco Sousa (PS):** Sr. Presidente:

Haverá possibilidade da Mesa entregar ao Sr. Deputado Artur Martins, o Jornal Oficial II Série do dia 28 de Fevereiro que traz a transcrição do seguinte:

"A extinção de 3 lugares na Escola N.º 2 de Rabo de Peixe e suspensão de 1 lugar",

dado que o Sr. Deputado Artur Martins diz que o Governo vai fazer, rigorosamente, o contrário. O que eu pedia era que fosse distribuído pela Mesa ao Sr. Deputado Artur Martins, este Jornal Oficial.

**Presidente:** Com certeza que será. Até porque o Sr. Deputado Artur Martins poderá consultar os efficientíssimos serviços da Biblioteca da Assembleia Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Martins.

**Deputado Artur Martins (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu agradeço que me entreguem este Jornal Oficial que o Sr. Deputado Francisco Sousa refere.

No entanto, devo dizer que não disse nada da minha cabeça. Trata-se de relatórios aos quais eu tenho acesso, na qualidade de membro da Comissão de apoio ao CAPIAC. Portanto, como não inventei, tenho interesse em receber e na próxima oportunidade irei responder ao Sr. Deputado Francisco Sousa.

**Presidente:** Depois destes "galanteios", tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É para um pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado Artur Martins.

Gostaria que o Sr. Deputado explicasse a esta Câmara, como é que o Governo Regional consegue efectivamente, diminuir o número de alunos por turma ao extinguir os lugares nas referidas escolas e mantendo um número médio de alunos muito semelhante?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Martins para esclarecer.

**Deputado Artur Martins (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu não percebi, concretamente, a pergunta do Sr. Deputado Paulo Valadão.

O Sr. Deputado importa-se de repetir, porque eu não percebi.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Tenho que ser rápido devido à limitação de tempo, que o famigerado Regimento que nós temos, me impõe.

Eu vou repetir, por isso solicito à Mesa que não me conte este tempo.

O que eu gostaria, é que o Sr. Deputado explicasse a esta Câmara, como é que o Governo consegue diminuir o número de crianças por turma, extinguindo lugares,

em relação à mesma escola, mantendo o número de alunos semelhante ao que tinha anteriormente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Martins.

**Deputado Artur Martins (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu confesso que desconheço o decreto que o Sr. Deputado Francisco Sousa aludiu há pouco, onde se refere que vão ser extintas algumas escolas em Rabo de Peixe. Tive acesso a um relatório elaborado pela Direcção Escolar em que se diz precisamente o contrário.

**Presidente:** Srs. Deputados, se realmente o Sr. Deputado não tem elementos para responder, não vale a pena estarmos a prolongar. Já foi solicitado à Mesa e não deixará de ser entregue o decreto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas:

Nesta região insular o mar que nos rodeia, que nos isola e que nos liga uns aos outros, que molda a nossa maneira de ser e que cria, em boa parte, as nossas diferenças é, também, um importante elemento da economia regional que não pode, nem deve, ser ignorado.

Falar na vertente económica do mar é falar, essencialmente da pesca, é falar num sector importante, que sofreu na última dezena de anos alterações sensíveis, mas que defronta problemas de envergadura que carecem de ser bem diagnosticados para serem bem resolvidos.

Se recuarmos a referida dezena de anos concerteza que nos lembramos que a situação era de grande atraso na pesca artesanal e de estagnação acentuada na pesca do atum.

No que respeita à pesca artesanal predominavam as embarcações de boca aberta, com fracos volumes de capturas e praticamente não existia exportação de peixe fresco.

No que toca à captura do atum persistiam as traineiras pequenas, mal equipadas, com pouca autonomia, capacidade de captura reduzida e sem qualquer sistema de conservação de peixe capturado.

Passados estes anos houve situações que mudaram e realidades que evoluíram positivamente.

Há que referir, no que respeita à pesca artesanal, o aumento de capturas, a exporta-

ção sistemática de peixe fresco, o aparecimento de embarcações com cobertura e porões isotérmicos, bem equipadas em meios de detecção, navegação e comunicações e preparadas para utilizar artes de elevada produtividade.

Esta nova situação coexiste, no que respeita a muitas ilhas, com a situação anterior.

No que respeita ao atum iniciou-se a renovação da frota, impondo-se por mérito próprio um tipo de embarcação pequena mas maior que as traineiras antigas, com autonomia acrescida e condições de habitabilidade aceitáveis, com boas condições de navegabilidade, muito bem equipadas em termos de navegação e comunicações e possuindo sistemas de refrigeração do pescado capturado.

Os apoios à renovação da frota funcionaram e o projecto das "Pérolas" surtiu o efeito de levar a que o armador-conserveiro iniciasse, embora com grandes apoios do Orçamento, a renovação da sua própria frota.

Algo de positivo foi feito e tal facto já foi pelo PCP/Açores reconhecido em várias ocasiões.

Há no entanto que procurar ver quais são os bloqueamentos que realmente existem e os problemas que tem que ser encarados.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se é verdade que sem frota não há pesca, não é menos verdade que sem pescadores, motoristas, outros técnicos e mestres em número suficiente a frota não é operativa nem tem o aproveitamento que é necessário.

O PCP/Açores considera que o mais sério, profundo e difícil bloqueamento que se verifica na nossa Região ao desenvolvimento da pesca, em geral, e da pesca do atum em particular, tem a ver com a mão de obra, a sua dignificação, a segurança económica de quem vende a sua força de trabalho e as condições que são oferecidas.

Ninguém desconhece que as relações de trabalho na pesca não tem tido, no nosso País e na Região, evolução significativa nos últimos anos.

Não é aceitável, nem sequer imaginável, que a relação de trabalho, numa vida sem horário, com barcos que hoje podem estar longos dias no mar, com as exigências técnicas que a safra hoje coloca, se continui a pautar basicamente por um regime de "soldadas", totalmente aleatório, sem nenhum esquema complementar de recurso que estabeleça uma segurança monetária mínima.

Para além de tudo o mais, sem contratos justos, sem compensações mínimas para as más safras, não é possível pensar-se atrair, no número necessário, para a vida do mar as novas gerações.

Mas sem atrair as novas gerações, caldeadas embora com o saber fundo e experiente das gerações mais antigas, não é imaginável pensar-se que poderá haver aproveitamento completo das novas tecnologias hoje indispensáveis ao aumento e estabilização das capturas.

A formação inicial e a formação profissional assumem neste processo, um importante papel no recrutamento e preparação do pessoal. Mas lembremo-nos que sem contratos justos não há aliciamento possível.

Outra questão há que a nosso ver deve merecer a atenção de todos quantos estão ligados à pesca, sendo exactamente relacionada com as capturas.

Na pesca artesanal, o volume das capturas aumentou acentuadamente obrigando hoje, a que sejam rapidamente definidas orientações capazes de configurarem uma gestão racional dos nossos stocks de peixe de fundo, que se sabe, existem apenas numa muito pequena parte da ZEE.

Na pesca do atum pensamos poder afirmar-se que o volume médio anual das capturas não teve uma evolução positiva, suficientemente correlacionada com a renovação da frota. Haverá razões conjunturais mas também haverá razões operacionais, de direcção e utilização das frotas que só poderão ser cabalmente resolvidas, num quadro de dignificação, promoção e estabilização da mão de obra.

Outro problema muito sério e muito difícil prende-se com a comercialização.

Na pesca artesanal não falta mercado para o peixe fresco. Falta sim transporte certo e um circuito comercial sadio e rigoroso.

Na pesca do atum a predominância económica de um grupo na indústria tende a impôr um regime de baixos preços que não é aceitável nem justo. Aos armadores independentes, desde que lhes sejam facilitadas condições para não dependerem em absoluto desse grupo económico, cabe um papel de equilíbrio essencial.

A todos os profissionais da pesca e às suas organizações representativas cabe, também, uma acção que é indispensável para que ao crescimento do sector corresponda um desenvolvimento com repercussão social.

Para desenvolver a pesca e a transformar num sector de grande importância económica a actuação governativa terá que ter também uma dimensão regional mais clara, procurando encarar todas as situações e dificuldades, mesmo as mais difíceis.

Por último, importa referir que em todo este processo se são precisos barcos, pescadores, armadores, circuitos comerciais correctos, actividade industrial não monopolizada, se tudo isto é verdade, é bom também não esquecer que são necessários cientistas, técnicos de investigação, navios para a investigação, infraestruturas suficientes mas não megalómanas e dirigentes políticos capazes de não pararem a meio da viagem e capazes de saberem qual é o problema que cabe resolver a seguir.

A nosso ver o maior problema de hoje, a chave de muitas questões, é o problema das relações de trabalho.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na próxima semana realiza-se a Semana das Pescas. Formulamos aqui nesta Assembleia o voto sincero de que os trabalhos desta Semana das Pescas constituam um contributo positivo para que o sector continue a evoluir a um ritmo aceitável.

Disse.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

**Deputado José Maria Bairos (PSD):** Sr. Presidente:

Eu prescindo da palavra porque não tenho tempo suficiente.

**Presidente:** Terminámos então o período de antes da ordem do dia e iniciamos o período da ordem do dia.

O nosso 1º ponto, é uma proposta de decreto legislativo regional sobre "Protecção das Florestas contra a Poluição Atmosférica".

Está aberta a discussão na generalidade.

Não havendo intervenções, podemos votar.

Os Srs. Deputados que concordam na generalidade, façam o favor de se deixar estar como estão.

**Secretário:** A proposta foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Passamos então à especialidade.

Eu vou pôr à discussão os quatro artigos, tendo em conta a proposta da Comissão, no sentido do artigo 4º ser eliminado. Está à discussão na especialidade.

Não havendo intervenções, eu vou pôr à votação os artigos 1º, 2º e 3º.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se deixar estar como estão.

**Secretário:** Os artigos 1º, 2º e 3º foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Votamos agora a eliminação do artigo 4º.

Os Srs. Deputados que concordam com a eliminação do artigo 4º, façam o favor de se deixar estar como estão.

**Secretário:** A eliminação do artigo 4º foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Fazemos agora uma votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se deixar estar como estão.

**Secretário:** A proposta foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Baixa à Comissão para redacção final.

O nosso 2º ponto é uma proposta de resolução que aprova a Conta de Gerência da Assembleia Legislativa Regional que está presente com o acórdão do Tribunal de Contas e o Relatório da Comissão de Organização e Legislação.

Está à discussão.

Não havendo intervenções, podemos votar.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

**Secretário:** A proposta de resolução foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Srs. Deputados, temos que decidir sobre a autorização ou não, ao abrigo do artigo 14º do Estatuto do Deputado, para o Sr. Deputado Rui Meireles poder servir de testemunha.

Os Srs. Deputados que concordam com a autorização para o Sr. Deputado Rui Meireles ser testemunha, façam o favor de se deixar estar como estão.

**Secretário:** Foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Srs. Deputados, nos termos regimentais a Mesa da Assembleia Legislativa Regional dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de Março.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

**Secretário:** A proposta foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Srs. Deputados, então bom dia e até Maio.

(Eram 11.00 horas)

(Deputados que entraram durante a Sessão: PSD - Carlos Teixeira; PS - Albano Pimentel, António Oliveira Rodrigues, Dionísio de Sousa, Hélio Pombo, José Manuel Betten-

court, Carlos César)

## DOCUMENTOS QUE ENTRARAM DURANTE A SESSÃO

**Parecer da Comissão de Política Geral sobre a proposta de Decreto Legislativo Regional "Protecção das Florestas contra a Poluição Atmosférica".**

A Comissão de Política Geral, reunida na Delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores em Ponta Delgada, nos dias 5 e 6 de Março, analisou a proposta de Decreto Legislativo Regional nº 4/91 - Protecção das Florestas contra a Poluição Atmosférica, e emitiu o seguinte parecer:

### Capítulo I

#### Enquadramento Jurídico

O Regulamento Comunitário nº 3528/86, do Conselho de 17 de Novembro, posteriormente alterado pelo Regulamento (CEE) nº 1613/84 do Conselho de 29 de Maio, relativo à Protecção das Florestas Contra a Poluição Atmosférica e aplicado a Portugal pelo Decreto-Lei nº 464/88, de 15 de Dezembro, nomeadamente no seu artigo 12º, estabelece que Decreto Legislativo Regional introduzirá as adaptações necessárias para que, na aplicação daquele diploma, fique salvaguardada as entidades que, nesta Região, exercerão as competências conferidas neste diploma à Direcção Geral das Florestas.

O Governo Regional apresenta consequentemente a Proposta de Decreto Legislativo Regional, pelo que esta Assembleia Legislativa legislará de acordo com a alínea j) do artigo 56º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

### Capítulo II

#### Apreciação na generalidade e especialidade

Analisada a proposta na generalidade, a Comissão decidiu por unanimidade dar parecer favorável à mesma, por considerar imprescindível a adopção de adequadas medidas de prevenção e protecção das florestas, pelo importante impacto ambiental e pelo efeito benéfico na agricultura que, consequentemente, constitui um elemento fundamental de protecção dos solos e da água, que urge proteger de toda a espécie de agentes nocivos.

Na especialidade, a Comissão deu por unanimidade, parecer favorável, tendo

feito a seguinte proposta:

- Eliminar o artigo 4º.

Ponta Delgada, 6 de Março de 1991.

O Relator em Exercício, Rui Carvalho e Melo.

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente em Exercício, José Maria Bairos.

**Parecer da Comissão de Organização e Legislação sobre a Conta de Gerência da Assembleia Legislativa Regional dos Açores referente ao ano de 1989.**

A Comissão Permanente de Organização e Legislação, reunida na Horta, na sede da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, em 6, 7 e 8 de Março, emite, por unanimidade, o seguinte parecer sobre a Conta de Gerência da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, referente ao ano de 1989:

1. No que respeita à elaboração e tramitação da Conta de Gerência em análise, a Comissão constata:

- a) A Conta foi elaborada pelo Conselho Administrativo estando assim respeitado o disposto no nº 1 do artigo 27º do Decreto Legislativo Regional nº 9/86/A, Orgânica dos Serviços da Assembleia.
- b) Para obtenção do competente relatório, a Mesa enviou a Conta à Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, dentro do prazo estabelecido.
- c) Ao abrigo da alínea p) do nº 1 do artigo 32º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma, e no respeito pelos prazos definidos pelo nº 3 do artigo 27º do Decreto Legislativo Regional nº 9/86/A, de 20 de Março - Orgânica dos Serviços da Assembleia Legislativa, a Mesa deliberou apresentar, ao Plenário, a Conta de Gerência em causa.

2. A Conta de Gerência da Assembleia, referente ao ano de 1989, foi enviada, em 12/4/90, à Comissão Permanente de Organização e Legislação, com pedido de parecer até 10 de Setembro desse ano.

A semelhança do verificado no ano anterior, foi entendimento da Comissão não dever emitir parecer, até ao limite do prazo que lhe foi fixado, em virtude da Conta não se encontrar acompanhada do Acórdão da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, conforme dispõe

a Lei Orgânica da Assembleia, posição que se deixou expressa em relatório aprovado a 3 de Setembro de 1990, em Santa Cruz da Graciosa. Tal Acórdão foi proferido, apenas, em 6 de Março passado próximo, o que justifica a dilação, no tempo, da emissão do parecer requerido à Comissão.

3. Após ter tomado conhecimento dos termos do Acórdão da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, que julgou conformes os actos administrativos subjacentes à Conta de Gerência, a Comissão deliberou orientar a sua análise para alguns aspectos relacionados com a execução orçamental verificada e com as verbas inicialmente previstas e subsequentes alterações, por forma a possibilitar ao Plenário o conhecimento de valores que, ainda que de ordem geral, permitem reter aspectos importantes do regime financeiro desta Assembleia.

Assim, notou a Comissão:

I) As despesas correntes tiveram uma execução de cerca de 95%, que pode considerar-se muito satisfatória.

II) As despesas de capital tiveram uma execução de cerca de 76%.

III) A execução global da Conta foi de cerca de 83%, fundamentalmente pelo facto da grande execução das despesas previstas com investimentos se ter situado num nível relativamente baixo.

IV) Cerca de 56% do total das despesas executadas são imputáveis ao processo de construção e instalação da nova sede da Assembleia.

V) Existem algumas disparidades, dignas de registo, entre os valores inicialmente previstos e os valores finais, rectificadas após reforços e/ou transferências, tendo-se notado especialmente:

**a) Cap. 01, Class. 11.01**

|                         |                     |
|-------------------------|---------------------|
| Valor inicial           | 4.200.000 \$ 00     |
| Reforço e transferência | (+) 8.300.000 \$ 00 |
| Total rectificado       | 12.500.000 \$ 00    |

O reforço e a transferência representam um acréscimo de 97% sobre o valor inicial.

**b) Cap. 01, Class. 26.03**

|                   |                   |
|-------------------|-------------------|
| Valor inicial     | 1.000.000 \$ 00   |
| Transferência     | (-) 900.000 \$ 00 |
| Total rectificado | 100.000 \$ 00     |

A transferência representa um decréscimo de 90% sobre o valor inicial

**c) Cap. 01, Class. 28.04**

|               |               |
|---------------|---------------|
| Valor inicial | 237.000 \$ 00 |
|---------------|---------------|

|                   |                     |
|-------------------|---------------------|
| Reforço           | (+) 4.000.000 \$ 00 |
| Total rectificado | 4.237.000 \$ 00     |

A transferência representa um acréscimo de 1.687% sobre o valor inicial.

**d) Cap. 01, Class. 30.03**

|                         |                     |
|-------------------------|---------------------|
| Valor inicial           | 1.800.000 \$ 00     |
| Reforço e transferência | (+) 2.700.000 \$ 00 |
| Total rectificado       | 4.500.000 \$ 00     |

A transferência e o reforço representam um acréscimo de 150% sobre o valor inicial.

**e) Cap. 01, Class. 31.06**

|                   |                   |
|-------------------|-------------------|
| Valor inicial     | 500.000 \$ 00     |
| Transferência     | (-) 400.000 \$ 00 |
| Total rectificado | 100.000 \$ 00     |

A transferência representa um decréscimo de 80% sobre o valor inicial.

VI) A execução de algumas rúbricas foi extremamente baixa, sendo de referir, pela sua natureza, as seguintes:

**a) Cap. 01, Class. 26.04**

|                                       |               |
|---------------------------------------|---------------|
| Valor inicial                         | 250.000 \$ 00 |
| Total rectificado                     | 250.000 \$ 00 |
| Despesa realizada                     | 65.680 \$ 00  |
| Execução sobre o valor inicial (%)    | 26,27%        |
| Execução sobre o tot. rectificado (%) | 26,27%        |

**b) Cap. 01, Class. 31.05**

|                                      |                   |
|--------------------------------------|-------------------|
| Valor inicial                        | 150.000 \$ 00     |
| Transferência                        | (-) 100.000 \$ 00 |
| Total rectificado                    | 50.000 \$ 00      |
| Despesa realizada                    | 2.250 \$ 00       |
| Execução sobre valor inicial (%)     | 1,50%             |
| Execução sobre total rectificado (%) | 4,50%             |

**c) Cap. 01, Class. 31.06**

|                                      |                   |
|--------------------------------------|-------------------|
| Valor inicial                        | 500.000 \$ 00     |
| Transferência                        | (-) 400.000 \$ 00 |
| Total rectificado                    | 100.000 \$ 00     |
| Despesa realizada                    | 20.000 \$ 00      |
| Execução sobre valor inicial (%)     | 4,00%             |
| Execução sobre total rectificado (%) | 20,00%            |

**d) Cap. 01, Class. 31.12**

|                                      |               |
|--------------------------------------|---------------|
| Valor inicial                        | 150.000 \$ 00 |
| Valor rectificado                    | 150.000 \$ 00 |
| Despesa realizada                    | 9.850 \$ 00   |
| Execução sobre o valor inicial (%)   | 6,56%         |
| Execução sobre total rectificado (%) | 6,56%         |

**e) Cap. 01, Class. 45.01**

|                                      |                 |
|--------------------------------------|-----------------|
| Inscrito no orçamento ordinário      | _____ \$ _____  |
| Inscrito no 1º orç. suplement.       | 4.650.000 \$ 00 |
| Total rectificado                    | 4.650.000 \$ 00 |
| Despesa realizada                    | _____ \$ _____  |
| Execução sobre total rectificado (%) | 0 %             |

## f) Cap. 01, Class. 52.01

|                                      |                  |
|--------------------------------------|------------------|
| Valor inicial                        | 95.000.000 \$ 00 |
| Total rectificado                    | 95.000.000 \$ 00 |
| Despesa realizada                    | 14.384.536 \$ 00 |
| Execução sobre valor inicial (%)     | 15,14%           |
| Execução sobre total rectificado (%) | 15,14%           |

4. Apesar das considerações tecidas, apresentadas pela Comissão como um contributo para uma melhor percepção do regime financeiro desta Assembleia, e tendo em conta o pronunciamento que, sobre a matéria, emitiu a Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, a Comissão é de parecer que a Conta de Gerência da Assembleia Legislativa Regional, referente ao ano de 1989, está em condições de ser aprovada.

Horta, 8 de Março de 1991.

O Relator, Paulo E. D. J. de Araújo.

Aprovado por unanimidade, na Horta, em 8 de Março de 1991.

O Presidente, Carlos Mendonça.

---

A Redactora de 2ª classe, Ana Paula Garcia de Lemos Nazaré.